

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS CUBATÃO

(Processo Administrativo nº23307.001788.2024-16)

SUMÁRIO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	3
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.....	4
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	4
Sustentabilidade:.....	4
Subcontratação	4
Garantia da contratação.....	4
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	4
Condições de Entrega.....	4
Garantia, manutenção e assistência técnica	5
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	5
Fiscalização	5
Fiscalização Técnica	5
Fiscalização Administrativa	6
Gestor do Contrato.....	6

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	7
Recebimento.....	7
Liquidação.....	8
Prazo de pagamento.....	9
Forma de pagamento.....	9
Cessão de crédito.....	10
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO	11
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.....	11
Forma de fornecimento.....	11
Exigências de habilitação.....	11
Habilitação jurídica.....	11
Habilitação fiscal, social e trabalhista.....	12
Qualificação Econômico-Financeira.....	13
Qualificação Técnica.....	13
9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	14
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	15
11. APÊNDICES E ANEXOS.....	15

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de módulo habitável, tipo container, composto pela conjugação de 02 (dois) contêineres habitáveis (20 pés High Cube), para atender as necessidades de ampliação de espaço físico para o Grupo RACNEGÊ do Campus Cubatão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID	QTD	CUSTO ESTIMADO
1	Aquisição de 1 (hum) módulo habitável, composto pela conjugação de 02 (dois) contêineres habitáveis (20 pés, High Cube), para atender as necessidades de ampliação de espaço físico para o Grupo RACNEGÊ do Campus Cubatão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, conforme condições, quantidades e exigências que serão também estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.	37494	UN.	1	R\$ 112.000,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 10882594000165-0-0005/2024;
 - II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
 - III) Id do item no PCA: 12;

- IV) Classe/Grupo: 9999 DIVERSOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158332-90009-2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1. observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
 - 4.3.1. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
 - 4.3.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
 - 4.3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.
 - 5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para

que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Maria Cristina, 50 - Jardim Casqueiro - Cubatão - São Paulo (Campus Cubatão do Instituto Federal de São Paulo)

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

- 6.7.1.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.7.1.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.7.1.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 6.7.1.4. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

- 6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)* de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação

de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal, houver, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
 - 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CREA ou CAU, em plena validade;
- 8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - 8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com, o fornecimento de no mínimo, 1 módulo habitável, tipo container (20 pés, High Cube).
 - 8.30.2. Visto que se trata da comprovação mínima de pelo menos uma unidade, não será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
 - 8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
 - 8.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
 - 8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa,

respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

- 8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.31.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 112.000,00 (Cento e Doze Mil Reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
 - I) Gestão/Unidade: 26439 / 158332
 - II) Fonte de Recursos: 1000
 - III) Programa de Trabalho: 12.363.5112.20RG
 - IV) Elemento de Despesa: 44.90.52
 - V) Plano Interno: L0000P2000N

11. APÊNDICES E ANEXOS

- 11.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes apêndices e anexos:

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

- 11.1.1. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar;
- 11.1.2. Apêndice II - Projeto: Planta Baixa, Cortes e Elevações
- 11.1.3. Apêndice III - Memorial Descritivo;

[Cubatão](#), 29 de ago. de 2024.

Documento assinado eletronicamente

Wellington de Lima Silva

Téc. de Lab. Área - Edificações
Instituto Federal de São Paulo
Campus Cubatão
Diretoria de Administração
Coordenador de Manutenção

Estudo Técnico Preliminar 12/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23307.001788.2024-16

2. Descrição da necessidade

Aquisição de 1 (hum) módulo habitável, composto pela conjugação de 02 (dois) contêineres habitáveis (20 pés, High Cube).

O Grupo de Pesquisas Racnegê necessita de ampliação de espaço físico para realização de atividades de gravações multimídias e podcasts. O espaço, além de beneficiar o grupo de pesquisa originário, beneficiará outros grupos dentro da comunidade, haja vista que o Campus Cubatão não possui espaço com as características especificadas.

O espaço poderá ser utilizado para gravação de vídeo aulas, vídeos de traduções e interpretações em Língua Brasileira de Sinais (Libras), videoconferências, etc.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Grupo de pesquisa Racnegê	Antonio Cesar Lins Rodrigues

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Requisitos da contratação:
<p>1. Classificação do Bem: Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e, portanto, podem ser adquiridos via Pregão Eletrônico.</p> <p>2. Sobre vigência da aquisição: O prazo para entrega e instalação dos bens será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da assinatura do contrato.</p> <p>2. Endereço de entrega: Rua Maria Cristina, 50 - Jardim Casqueiro - Cubatão - São Paulo - Cep: 11533-160 Contato: Diretoria de Administração - e-mail: dad.cbt@ifsp.edu.br</p> <p>3. Recebimento do Bem: O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo indicado o Termo de Referência, às suas custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p> <p>4. Catálogos: Poderão ser solicitados os catálogos dos itens objeto de licitação para verificação da qualidade, da procedência e do atendimento aos critérios da descrição.</p> <p>Atestado de Capacidade Técnica: Poderão ser solicitados atestados de capacidade técnica para comprovação de que o Licitante atua com fornecimento de produtos similares no mercado.</p> <p>Características/Especificações: Todo o detalhamento do objeto será descrito no Projeto e Memorial Descritivo.</p>
4.1. Natureza da contratação:
Trata-se de fornecimento único de bem, não possuindo natureza continuada.
4.2. Duração inicial do contrato:

O contrato terá vigência de 12 meses.

4.3. Sustentabilidade:

A contratação deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.4. Transição contratual:

Não será necessária Transição contratual.

5. Levantamento de Mercado

A pesquisa de mercado foi executada em estrito atendimento à IN 73/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Para tal, foram efetuadas pesquisas no Portal Painel de Preços do Governo Federal, todas de processos de aquisições ou contratações firmados no período de pelo menos um ano à data de elaboração deste certame, conforme relatório anexo.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação abrange o fornecimento, por parte do contratado, dos seguintes itens:

1. Executar a fundação/base de concreto para instalação do módulo habitável;
2. Executar a infraestrutura elétrica e de dados para alimentação do módulo habitável;
3. Fornecer o módulo habitável, atendendo as dimensões, especificações e acabamentos determinadas no Projeto e Memorial Descritivo, sendo que, após a entrega o objeto estará apto para uso imediato;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade da demanda, 1 (hum) módulo habitável, composto pela conjugação de 02 (dois) contêineres habitáveis (20 pés, High Cube), foi projetada conforme solicitação e apresentação do Grupo de Pesquisas Racnegê.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 112.000,00

O custo estimado total da contratação é de R\$ 112.000,00 (Cento e Doze Mil Reais), conforme custo apresentado no Relatório de Pesquisa de Preços emitido pelo Comprasnet.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Uma vez que trata-se de item único, não haverá o parcelamento da solução ou da entrega.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou independentes para a viabilidade e contratação desta demanda

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 10882594000165-0-0005/2024;
- Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
- Id do item no PCA: 12;
- Classe/Grupo: 9999 DIVERSOS;
- Identificador da Futura Contratação: 158332-90009-2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a aquisição dos itens desta licitação, a Administração Pública pretende oferecer espaço acadêmico apropriado destinado ao Grupo de Pesquisas RACNEGÊ.

13. Providências a serem Adotadas

Há a necessidade de se destinar espaço físico não edificado para a instalação do módulo habitável, bem como indicar o ponto de origem mais próximo para alimentar a infraestrutura elétrica e de dados do módulo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

As aquisições pretendidas não oferecem riscos ambientais. Porém, como medida preventiva, será definido no Termo de Referência quais medidas os interessados em participar do certame terão que seguir como forma de cumprir as legislações e normas Ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

O presente estudo possibilitou apresentar de maneira clara e objetiva os itens que se pretende adquirir, bem como a justificativa para a aquisição destes. Os itens são relativamente comuns, e têm sido amplamente adquiridos como solução econômica para ampliação de espaço físico.

Sendo assim, esta Equipe de Planejamento declara ser viável a realização desta compra.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WELLINGTON DE LIMA SILVA

Coordenador de Manutenção



Assinou eletronicamente em 01/10/2024 às 09:53:41.

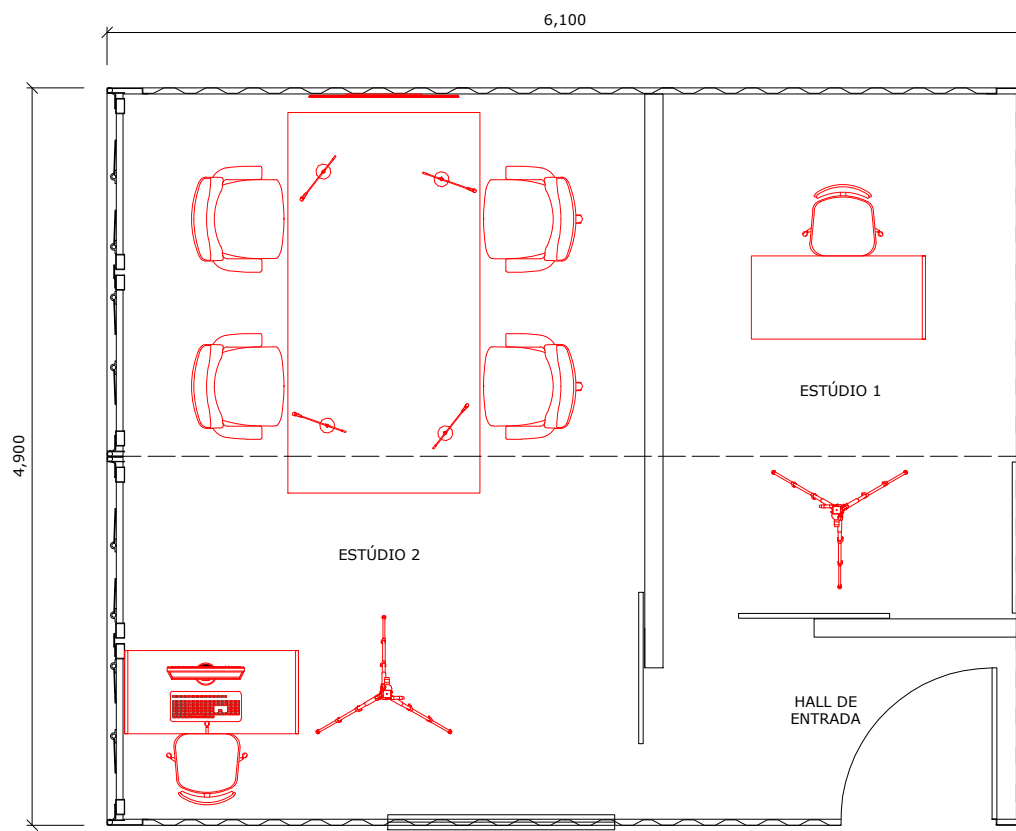
Despacho: De acordo com a contratação.

ANA CLAUDIA OLIVEIRA DE ALMEIDA NASCIMENTO

Diretora de Administração



Assinou eletronicamente em 01/10/2024 às 09:45:53.



MEMORIAL DESCRITIVO

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Container habitável (conforme Planta Baixa, Elevações e Cortes), formado a partir da conjugação de 2 containers 20 pés (High Cube) modelo almoxarifado, modificado, montado, produzido em chapa de aço, adequado às normas NR 10 e NR 18.

2. SISTEMA CONSTRUTIVO

2.1. Cobertura

2.1.1. Telhado em duas águas (dimensões conforme projeto) em estrutura metálica e telha metálica trapezoidal de aço galvanizado 0,50 mm, tipo sanduíche, isolamento em EPS (Poliestireno Expandido), h= 50mm, pintura eletrostática na cor branca.

2.2. Paredes, vista externa do container

2.2.1. Revestidas com painéis termoacústicos 50mm, em EPS, Poliestireno Expandido, prensado entre chapas de aço galvanizado, lado interno e externo, sendo o acabamento externo (vista externa do container), em pintura eletrostática na cor concreto.

2.3. Paredes, vista interna do container

2.3.1. Revestidas com painéis termoacústicos 50mm, em EPS, Poliestireno Expandido, prensado entre chapas de aço galvanizado, lado interno e externo, sendo o acabamento externo (vista externa do container), em pintura eletrostática na cor branca.

2.3.2. Paredes internas em drywall (2 placas de cada lado e preenchimento acústico em lã de rocha), acabadas e pintadas em tinta acrílica na cor branca.

2.3.3. Revestimento interno em drywall (1 placa de um lado e preenchimento acústico em lã de rocha), acabado e pintado em tinta acrílica na cor branca.

2.4. Teto, vista externa do container

2.4.1. Revestido com painéis termoacústicos 50mm, em EPS, Poliestireno Expandido, prensado entre chapas de aço galvanizado, lado interno e externo, sendo o acabamento externo (vista externa do container), em pintura eletrostática na cor concreto e aplicação de logomarca do IFSP em uma das faces.

2.5. Teto, vista interna do container

2.5.1. Revestido com painéis termoacústicos 50mm, em EPS, Poliestireno Expandido, prensado entre chapas de aço galvanizado, lado interno e externo, sendo o acabamento externo (vista interna do container), em pintura eletrostática na cor branca.

2.5.2. Forro em removível em painel acústico, modulação 645 x 1250.

2.6. Piso

2.6.1. Revestido em 3 camadas, sendo:

- Primeira camada (final, vista interna do container): Piso cerâmico, primeira linha, na cor cinza;
- Segunda camada: contrapiso argamassado e nivelado.
- Terceira camada (inicial): Piso de concreto.
- Base: Laje tipo radier.

2.7. Esquadrias

2.7.1. portas em alumínio, dimensões e modelo conforme projeto, com pintura eletrostática na cor branca.

2.7.2. janelas em alumínio, tipo correr, com grades de proteção interna, com pintura eletrostática na cor branca, e, externamente, tela tipo mosquito.

2.8. Condicionador de ar

2.8.1. Fornecimento e instalação de 2 (dois) condicionadores de ar, um com capacidade de 24000 btu, tipo split, inverter com suporte e o outro com capacidade de 12000 btu, tipo split, inverter com suporte.

2.9. Instalações elétricas

2.9.1. 10 Tomadas Tomadas 2P+T, 2 interruptores e 7 luminárias tipo sobrepor, com lâmpadas tipo LED, com distribuição por meio de eletrodutos rígidos de PVC. Proteção com disjuntores e quadro em metálico. Execução de SPDA (Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas).

2.10. Instalações de rede de dados

2.10.1. 5 pontos de dados (pontos de conexão com tomadas), com distribuição por meio de eletrodutos rígidos de PVC.

2.11. Acabamento externo (Estrutura)

2.11.1. Tratamento anticorrosivo (interno e externo), pintura externa (cor concreto)

2.12. Dimensões do módulo

2.12.1. O módulo habitável é composto por dois contêineres, com as seguintes dimensões: 2,44m de largura, 6,06m de comprimento e 2,59m de altura.

2.13. Frete

2.13.1. O contratado deverá incluir na sua proposta todos os custos de frete, carga, descarga, montagem e instalação do container no Campus Cubatão.

2.14. Montagem e instalação

2.14.1. O contratado deverá incluir todos os custos de montagem (Nivelamento do piso base, sapatas de nivelamento, soldas, tratamentos, repinturas devido a danos causados por soldas ou transporte). Incluso

todos os custos de instalação (infraestrutura elétrica e de dados, bem como a ligação na rede existente).

2.15. Laudo Habitável

2.15.1. Fornecimento de laudo para Habitabilidade em Contêineres com Análise Quantitativa dos Níveis de Radiação Ionizantes com A.R.T. Em atendimento A NR-18 – Condições e Meio Ambiente na indústria da Construção.

Cubatão, 19 de setembro de 2024.

Wellington de Lima Silva
Téc. de Lab. Área - Edificações

Documento assinado eletronicamente